

## **ANEXO IV**

### **Informação aos Titulares dos Dados Pessoais**

#### **Regulamento e Condições de Venda de Imóvel**

Este documento tem como objeto informar sobre o tratamento dos dados pessoais dos potenciais compradores/compradores de imóveis, nos termos do Regulamento e Condições de Venda de Imóveis da Estamo.

#### **1. Responsável pelo Tratamento dos Dados**

Nos termos do artigo 26.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), o Responsável pelo Tratamento dos seus dados pessoais é a **ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A.**, adiante abreviadamente designada “Estamo”. com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 6.º andar, 1150-294 Lisboa, com o número único de identificação e pessoa coletiva 503 152 544, com o capital social de 850.000.000.

#### **2. Dados Pessoais Recolhidos**

Durante o processo de venda de imóveis da Estamo, incluindo a fase de apresentação de propostas pelos interessados, são recolhidas as seguintes categorias de dados pessoais:

- a) Informações de identificação: nome, endereço, e-mail, número de telefone, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação civil, número de identificação fiscal entre outros;
- b) Informações financeiras: dados bancários, informações de pagamento, dados patrimoniais, informações de financiamentos;
- c) Dados da Vida Familiar: dados do agregado familiar, incluindo dados pessoais do cônjuge, estado civil; regime de casamento.
- d) Dados profissionais: profissão, entidade patronal, data de admissão;
- e) Dados para efeitos de prevenção de práticas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo: qualidade de pessoa politicamente exposta ou pessoa relacionada, incluindo identificação das relações, nos termos da legislação aplicável;
- f) Dados de Navegação na Internet: IP cookies de sessão, cookies de utilizador, cookies de terceiros, dados de navegação, device fingerprinting, medição de acesso a sites e interação através de ferramentas analíticas e de monitorização

#### **3. Finalidades do Tratamento dos Dados Pessoais**

Os dados pessoais são recolhidos e tratados para as seguintes finalidades:

- a) Recebimento, análise e graduação das propostas de compra dos imóveis;

- b) Contactos com os potenciais compradores, no âmbito das propostas apresentadas;
- c) Elaboração dos contratos de compra e venda;
- d) Gestão da relação contratual;
- e) Cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

#### **4. Fundamentos Jurídicos para o Tratamento**

O tratamento dos dados pessoais é realizado com base em diversos fundamentos jurídicos, designadamente a execução da relação pré contratual e contratual, a realização do contrato de compra e venda, o cumprimento de obrigações legais e o interesse legítimo da Estamo, em fornecer um serviço eficiente e seguro. Por conseguinte, a relação jurídica estabelecida entre os potenciais compradores/compradores e a Estamo não será possível sem a recolha e o tratamento dos respetivos dados pessoais.

#### **5. Comunicação de Dados Pessoais**

A Estamo, no cumprimento das obrigações a que se encontra sujeita, poderá ter de comunicar os dados pessoais ou dar acesso aos mesmos a outras entidades para que estas os tratem, em seu nome e por sua conta. Nestes casos, a Estamo adotará as medidas contratuais necessárias para garantir que os subcontratantes respeitam e protegem os dados pessoais transmitidos, nos termos exigidos pelo Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Os dados pessoais podem também ser transmitidos a terceiros – entidades distintas da Estamo ou dos subcontratantes – como, por exemplo, empresas com quem a Estamo desenvolva parcerias, no caso de o titular ter consentido – ou entidades a quem os dados tenham de ser comunicados por força da lei, como a Autoridade Tributária, entre outras.

#### **7. Decisões Individuais Automatizadas e Segmentação**

Não são tomadas decisões individuais automatizadas com base na segmentação de dados pessoais.

#### **8. Direitos do Titular dos Dados Pessoais**

No que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, o seu titular goza dos seguintes direitos:

i. Direito de acesso

Sempre que o titular solicitar, pode obter confirmação sobre se os seus dados pessoais são tratados. O titular pode ainda aceder aos seus dados pessoais, bem como a obter as seguintes informações:

- a) As finalidades para as quais os seus dados pessoais são tratados;
- b) O tipo de dados pessoais que são tratados;
- c) As entidades a quem os seus dados pessoais podem ser comunicados;
- d) O prazo de conservação dos seus dados ou, se tal não for possível, os critérios para fixar esse prazo;
- e) Os direitos de que goza em relação ao tratamento dos seus dados pessoais;
- f) Se os dados pessoais não tiverem sido recolhidos junto de si, informações sobre a sua origem e tipo de dados em questão.

ii. Direito de retificação

Sempre que considerar que os seus dados pessoais (dados pessoais objetivos fornecidos por si) estão incompletos ou incorretos, o respetivo titular pode solicitar a sua retificação ou que os mesmos sejam completados.

iii. Direito ao apagamento dos dados ou “direito a ser esquecido”

O titular tem o direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação.

O titular poderá assim, solicitar o apagamento dos seus dados pessoais nos seguintes casos:

- a) Quando os dados pessoais deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) Retirada do consentimento que fundamentou o tratamento de dados;
- c) Quando o titular manifestar expressa oposição ao tratamento dos seus dados e não prevaleça interesse legítimo da Estamo que fundamente a continuação do tratamento de dados.

A Estamo está, no entanto, sujeita a várias obrigações legais e regulamentares, o que poderá limitar o direito ao apagamento dos dados pessoais, nas seguintes situações:

- a) Exercício de liberdade de expressão e de informação;
- b) Cumprimento de obrigação legal que exija o tratamento e que se aplique aos à Estamo;
- c) Motivos de interesse público;
- d) Fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, na medida em que o exercício do direito ao apagamento prejudique gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento;
- e) Declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

iv. Direito à limitação do tratamento

O direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais permite ao titular solicitar à Estamo que restrinja o âmbito de acesso e tratamento dos seus dados pessoais ou que suspenda as atividades de tratamento.

O titular pode requerer a limitação do tratamento dos seus dados pessoais nos seguintes casos:

- a) Se contestar a exatidão dos seus dados pessoais, durante o período que permita à Estamo verificar a sua exatidão;
- b) Se a Estamo não necessitar mais dos dados pessoais para fins de tratamento, mas se esses dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- c) Se tiver apresentado oposição ao tratamento, até que se verifique que os interesses legítimos da Estamo prevalecem sobre os seus.

O titular pode solicitar a suspensão do tratamento ou a limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.

v. Direito à portabilidade

O titular poderá solicitar à Estamo a entrega, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, dos dados pessoais por si fornecidos. Tem ainda o direito de pedir que a Estamo transmita esses dados a outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível.

O direito à portabilidade é apenas aplicável nos seguintes casos:

- a) Quando o tratamento se basear no consentimento expresso ou na execução de um contrato;
- b) Quando o tratamento em causa for realizado por meios automatizados.

vi. Direito de oposição

O titular tem o direito, a qualquer momento, de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, por motivos relacionados com a sua situação particular, nas seguintes situações:

- a) Quando o tratamento dos dados se basear no interesse legítimo da Estamo;
- b) Quando o tratamento dos dados for realizado para fins diversos daqueles para os quais foram recolhidos, mas que sejam compatíveis com os mesmos.

Nestes casos, a Estamo deixa de tratar os dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas prevaleçam sobre os interesses dos respetivos titulares.

vii. Direito a não ficar sujeito a decisões individuais exclusivamente automatizadas

A Estamo não tomará decisões que afetem o titular dos dados pessoais com base em processos exclusivamente automatizadas.

viii. Direito a retirar o consentimento

O titular poderá retirar o consentimento, a qualquer momento, nos casos em que o tratamento dos dados seja feito com base no seu consentimento.

No caso de retirar o consentimento, os dados pessoais deixarão de ser tratados, exceto se existir outro fundamento, como o contrato, obrigações legais e regulamentares ou o interesse legítimo da Estamo, que justifique esse tratamento.

ix. Direito a apresentar reclamações junto da autoridade de controlo

Se o titular pretender apresentar alguma reclamação relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais poderá fazê-lo junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoridade de controlo competente em Portugal. Para mais informações sobre a Comissão Nacional de Proteção de Dados, aceda a [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt).

## **9. Exercício dos Direitos**

O exercício pelo titular dos dados pessoais dos direitos acima indicados é gratuito, a menos que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo, podendo, nesses casos, ser cobrada uma taxa razoável considerados os custos associados.

A resposta aos pedidos dos titulares dos dados pessoais deverá ser prestada num prazo máximo de um mês, a não ser que se trate de um pedido especialmente complexo, caso em que esse prazo poderá ser mais longo.

Em caso de questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais, ou com o exercício dos seus direitos, poderá contactar a Estamo através do e-mail: [DPO@estamo.pt](mailto:DPO@estamo.pt).

## **10. Recolha Indireta de Dados Pessoais**

Em determinadas circunstâncias, a Estamo poderá recolher os dados pessoais através de terceiros. Nestes casos, a entidade em causa prestará ao titular, no primeiro contacto, a informação necessária relativa à proteção e tratamento dos seus dados pessoais.

## **11. Segurança dos Dados Pessoais**

A Estamo adota as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a sua perda, destruição ou danificação, acidental ou ilícita, bem como para assegurar que os dados facultados sejam protegidos contra o acesso ou utilização por parte de terceiros não autorizados.

## **12. Prazos de Conservação e Tratamento dos Dados Pessoais**

A Estamo tratará e conservará somente os dados pessoais para as finalidades suprarreferidas apenas durante o período que se revele necessário ou obrigatório ao

cumprimento dessas finalidades, aplicando um critério de retenção dos dados pessoais apropriados a cada tratamento, e em linha com as obrigações legais e regulamentares a que está sujeita.

Depois de decorrido o respetivo período de conservação, a Estamo eliminará ou anonimizará os dados pessoais, sempre que os mesmos não devam ser conservados para finalidade distinta que possa subsistir.

A Estamo poderá manter os dados pessoais por períodos superiores à duração da relação contratual, seja com base no consentimento dos respetivos titulares, seja para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato, seja ainda porque tem interesses legítimos que o fundamentam, mas sempre pelo período estritamente necessário à realização das respetivas finalidades e de acordo com as orientações e decisões da Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPD).

<b>Finalidade</b>	<b>Tempo de Conservação</b>
Gestão pré-contratual (aplicável apenas nos casos onde não há celebração de contrato de arrendamento)	Até ao termo de cinco anos após o fim da relação pré-contratual. Os dados poderão ser mantidos por períodos superiores, com base no consentimento do respetivo titular.
Gestão contratual	Até ao termo de cinco anos após o fim da relação contratual. Os dados poderão ser mantidos por períodos superiores, com base no consentimento do respetivo titular.
Obrigação legal, fiscal ou regulamentar	Prazos legais de prescrição e de caducidade associados às obrigações legais, fiscais ou regulamentares. Prazos legais de obrigatoriedade de conservação de documentos.

Tomei conhecimento,

---

(Local e data)

---

(Assinatura)